

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Marlus Renato



Medida foi publicada na D.O da Câmara

Lei aprova transparência para reajuste na tarifa de água

A Câmara de Petrópolis promulgou a Lei – 9035, que dispõe sobre a transparência no reajuste da tarifa de água esgoto na cidade. Segundo o artigo primeiro da lei, fica proibido qualquer reajuste no valor da tarifa, em casos de descumprimento do contrato por parte da concessionária Águas do Império, atualmente responsável pelo serviço na cidade. Também fi-

cou determinado que o reajuste deve ser encaminhado pela subconcessionária e pela Comdep, órgão regulador, juntamente com a planilha de valores, com dois meses de antecedência à Câmara para realização de uma audiência pública para analisar os dados encaminhados. O texto é referente ao Projeto de Lei 5442/2025 do vereador Júnior Paixão.

Abaixo-assinado

Além da personalização de caneca e camisa, o vereador Léo França iniciou um abaixo-assinado para o cancelamento do reajuste de 70% nos salários do prefeito e do secretário. Até o momento o documento contém 714 assinaturas. No abaixo-

assinado ele cita que a medida é imoral e que o município passar por problemas na saúde e em outros setores. O novo valor foi aprovado por 13 dos 15 vereadores da Câmara no final de 2024, com justificativa de ausência de reajuste desde 2013.



Movimento deve aumentar em 30% no período

Comércio projeta faturamento de R\$ 20 mi durante a Bauern

Com o início da Bauernfest, que abriu sexta (27), o comércio de Petrópolis aposta em alta significativa no faturamento. Lojas de roupas, acessórios, bares, restaurantes, cafeterias e serviços de conveniência estimam faturar pelo menos R\$ 20 milhões apenas durante o período da festa. A Câmara de Dirigentes Lojistas aponta que o fluxo

intenso de turistas — tanto os que se hospedam quanto aqueles que fazem bate-volta — é o principal motor dessa expectativa. Os números de edições anteriores reforçam essa projeção. Em 2023, a Bauern atraiu cerca de 520 mil visitantes, de acordo com a prefeitura, e o comércio varejista local registrou aumento médio de 20% nas vendas.

Reunião com a Trel

O Grupo de Trabalho criado pela Comissão de Transporte e Mobilidade da Câmara para combater o transporte clandestino recebeu, na última semana, um representante da Trel, empresa que presta o serviço regular entre Petrópolis e distritos de Magé próximos à cidade,

como Frago e Piabeta, para questionar sobre as queixas dos moradores sobre o serviço prestado pela empresa, o que estaria contribuindo para o avanço do serviço irregular entre os municípios. A reunião contou com a participação de outros integrantes, como o Detro.

Justificativa da empresa

Durante a reunião, o representante da Trel, Fábio de Jesus, explicou que uma série de fatores contribuiu para as dificuldades no serviço prestado pela empresa. Uma delas é a implantação da tarifa zero do transporte público em Magé. Com essa medida, segundo ele, o transpor-

te clandestino dentro daquele município perdeu força, fazendo com que os motoristas ilegais procurassem outra alternativa, o transporte intermunicipal. Fábio destacou também que essa questão do transporte clandestino é um problema de outros municípios.

Câmara debate horário de funcionamento de bares

Atuações truculentas e sem razões pontuais foram discutidas

Por Leandra Lima

Direito à cidade e uso do espaço urbano para lazer foi tema da audiência pública realizada na segunda-feira (30), pela Câmara de Vereadores de Petrópolis, que focou na problemática da possível imposição de um “toque de recolher”, fomentado por um conjunto de ações de órgãos ligados ao Executivo, como a obrigatoriedade de fechar os bares às 22h, conforme mencionado na sessão legislativa. Outro ponto levantado foi a questão da truculência da abordagem aos indivíduos que estão consumindo num estabelecimento e até mesmo a falta de transparência nas fiscalizações do poder público nesses espaços no que diz respeito a multas e outras ações punitivas. Nesse sentido, um proprietário de estabelecimento, disse na fala pública que foi multado em R\$14 mil, sem motivo aparente, segundo ele não foram dadas as devidas explicações sobre o valor da multa aplicada.

A vereadora Professora Livia (PcdoB), que presidiu a audiência, proposta pela Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos da casa legislativa, pontuou a necessidade de tratar o ordenamento urbano de forma interligada, já que o empobrecimento da vida noturna pode representar um problema econômico, pois bares e restaurantes tem uma contribuição ativa na movimentação monetária do município. “Entendemos que é muito importante envolver todos setores no debate do ordenamento urbano. Fizemos algumas conversas, ouvimos muitas denúncias sobre a atuação da prefeitura em relação aos bares. Já vivenciamos nas ruas da cidade o tratamento desproporcional em relação à população, que muitas vezes está saindo do bar e chega uma abordagem muito desproporcional à situação” disse a parlamentar.

Código de Postura

Foi colocado em pauta também a forma de interpretação muitas vezes tendenciosa do Código de Posturas da Cidade, que foi atualizado em 2021. Num recorte realizado



Secretário informou que não há medidas que se caracterizam “toque de recolher”

por Livia, mostra a transição de uma das especificidades antes da mudança, o artigo nº 12 do código ditava sobre a proibição de: desordens, algazarras ou barulhos provenientes dos estabelecimentos, com pena grave. A atualização versa sobre o mesmo molde, porém é adicionado a relação do espaço e a responsabilização do titular do bar ou restaurante [...] São proibidas as desordens algazarras ou barulhos produzidos em público ou privados de modo a causar incômodos na vizinhança. Serão de responsabilidade do titular do estabelecimento os tumultos e algazarras que ocorrem na parte externa adjacente ao mesmo em razão de seu funcionamento[...]

“Portanto, a pessoa, quando sai do bar ou restaurante, continua sendo responsabilizada pelo que aconteceu lá de fora. E aí, destaco que na nossa interpretação, é muito vaga essa atualização porque não diz nenhum distanciamento e não diz o que é algazarra, o que é tumulto. Destaco aqui que a não tem o interesse de defender a desordem nem a bagunça. O objetivo é que os bares e restaurantes que, respeitadas, toda a documentação e autorização de funcionamento possam funcionar de forma orgânica. Porque isso diz respeito à atividade econômica”, ressaltou a Professora Livia.

Visão da sociedade

Representantes da sociedade civil versaram sobre o tema destacando o molde de cidade que os petropolitanos estão inseridos, ressaltando a visão da juventude, que convive diariamente com esses espaços de lazer, destacando o cenário de ações truculentas dos órgãos de segurança pública como a Guarda Civil Municipal. “Expresso um profundo descontentamento que assola a juventude da nossa cidade. Petrópolis, infelizmente, sempre pecou em oferecer opções de lazer e vida noturna, especialmente para nós, jovens. Esse fato não só mina o nosso direito ao lazer, como também impõe barreiras significativas aos empresários locais que tentam inovar e sobreviver nesse setor. O que vivenciamos no dia a dia é ainda mais preocupante. Essa restrição, somada com a forma que vem sendo aplicada, funciona como um verdadeiro toque de recolher. Mas pasmem, começa muito antes das duas horas da manhã previstas na lei. Eu, e aí acredito que incontáveis jovens na nossa cidade já presenciemos ações ostensivas da guarda municipal com uso de spray de pimenta e táticas de dispersão, visando acabar com o lazer bem antes do horário estabelecido pela própria lei”, expressou o jovem Edu Coutinho.

Diante do cenário exposto a Prefeitura, representada pela figura do Secretário de Segurança Pública, Marcelo Chitão, salientou que a gestão atual não quer atrapalhar os comércios e nem a cultura noturna que engloba músicos e artistas que tiram o sustento das performances nesses espaços, porém segundo ele a partição pública não pode fechar os olhos para os excedentes em certos estabelecimentos, onde foram relatados usos de drogas, tráfico e turbulência da paz em algumas regiões. Ainda com a palavra, o secretário evidenciou que não existe toque de recolher ou ações do governo que são efetuadas nesse sentido, a colocação foi retrucada pelos empreendedores e civis presentes na audiência, salientando os relatos antes falados sobre a truculência e multas absurdas.

Frente aos apontamentos ficou de se criar um relatório que deve incluir um mapeamento dos comércios, descrevendo as denúncias e outros pontos a serem tratados para assim articular com outros órgãos futuramente, como por exemplo a polícia, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pois são instituições que também interferem no funcionamento da cidade.

Sepe entra na justiça contra Prefeitura de Petrópolis e Inpas

Por Redação

O Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) entrou com uma Ação Civil Pública contra o Instituto de Previdência dos Servidores (Inpas) e a Prefeitura de Petrópolis, solicitando o pagamento imediato dos salários de junho dos servidores aposentados da rede municipal de ensino. A ação foi protocolada nesta segunda-feira (1º), embora não haja atraso no pagamento. De acordo com a legislação vigente, os salários podem ser quitados até o quinto dia útil do mês seguinte, ou seja, até o próximo dia 8 de julho, sem qualquer irregularidade.

Mesmo assim, o SEPE pede que a Justiça determine o pagamento em 24 horas. O sindicato também solicita, em caso de não cumprimento, multa diária de R\$ 10 mil ao prefeito Hingo Hammes e ao presidente do Inpas, além de bloqueio de verbas públicas



Audiência Pública está marcada para esta quinta-feira

para garantir os repasses.

Segundo o sindicato, o costume de pagar até o último dia útil do mês anterior levou muitos aposentados a organizarem suas finanças com base nessa data. No entanto, em resposta ao Jornal Correio Petropolitano, a gestão atual reforçou que cumpre os prazos legais e que o pagamento será efetuado dentro do período previsto.

Verba alimentar

A ação, protocolada na 4ª Vara Cível de Petrópolis, resalta que o salário tem natureza “alimentar”, ou seja, é essencial à sobrevivência do servidor e de sua família. A jurisprudência, segundo o SEPE, dá respaldo ao pedido. O sindicato cita decisões anteriores do STF e de Tribunais Estaduais que autorizam bloqueio de verbas públicas

e multas a gestores em casos semelhantes, pelo caráter urgente e essencial da verba salarial.

Pedido de regularização permanente

Além do pagamento imediato, o SEPE também quer que a Justiça obrigue o Município de Petrópolis e o Inpas a manter os pagamentos dos proventos sempre até o último dia útil de cada mês, como vinha sendo feito. A ação inclui ainda pedido de correção monetária e juros sobre os valores pagos com atraso.

Audiência na 4ª Vara Cível

A Justiça marcou uma audiência pública para esta quinta-feira (03/07), na 4ª Vara Cível de Petrópolis, onde o tema será debatido entre as partes. O encontro deve contar com representantes do SEPE, da Prefeitura, do Inpas e do Judiciário, e tem como objetivo buscar esclarecimentos e uma possível mediação sobre o pedido de antecipação do pagamento.

TV Câmara